

**POLÍCIA  
MILITAR**  
DE MINAS GERAIS

*Nossa profissão, sua vida.*

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS  
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

**CHO/2010 – ADMINISTRAÇÃO**  
**PROVA "B"**

1ª QUESTÃO	<b>B</b>			
2ª QUESTÃO	A	B	C	D
3ª QUESTÃO	A	B	C	D
4ª QUESTÃO	A	B	C	D
5ª QUESTÃO	A	B	C	D
6ª QUESTÃO	A	B	C	D
7ª QUESTÃO	A	B	C	D
8ª QUESTÃO	A	B	C	D
9ª QUESTÃO	A	B	C	D
10ª QUESTÃO	A	B	C	D
11ª QUESTÃO	A	B	C	D
12ª QUESTÃO	A	B	C	D
13ª QUESTÃO	A	B	C	D
14ª QUESTÃO	A	B	C	D
15ª QUESTÃO	A	B	C	D
16ª QUESTÃO	A	B	C	D
17ª QUESTÃO	A	B	C	D
18ª QUESTÃO	A	B	C	D
19ª QUESTÃO	A	B	C	D
20ª QUESTÃO	A	B	C	D

21ª QUESTÃO	A	B	C	D
22ª QUESTÃO	A	B	C	D
23ª QUESTÃO	A	B	C	D
24ª QUESTÃO	A	B	C	D
25ª QUESTÃO	A	B	C	D
26ª QUESTÃO	A	B	C	D
27ª QUESTÃO	A	B	C	D
28ª QUESTÃO	A	B	C	D
29ª QUESTÃO	A	B	C	D
30ª QUESTÃO	A	B	C	D
31ª QUESTÃO	A	B	C	D
32ª QUESTÃO	A	B	C	D
33ª QUESTÃO	A	B	C	D
34ª QUESTÃO	A	B	C	D
35ª QUESTÃO	A	B	C	D
36ª QUESTÃO	A	B	C	D
37ª QUESTÃO	A	B	C	D
38ª QUESTÃO	A	B	C	D
39ª QUESTÃO	A	B	C	D
40ª QUESTÃO	A	B	C	D

Belo Horizonte, 14 de setembro de 2009.

(a) FRANCISCO DE ASSIS LEAL DA SILVA, TEN CEL PM  
CHEFE DO CRS



**PROVA DO PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA ADMISSÃO AO CURSO  
DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS/CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM  
GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA (CHO/CSTGSP) – ÁREA DE DEFESA  
SOCIAL PARA O ANO DE 2010.**

**CHO ADMINISTRAÇÃO / 2010**  
**PROVA “B”**

(Edital DRH/CRS nº 14/2009, de 21 de julho de 2009)

*Língua Portuguesa e Conhecimentos Profissionais*

NOME: \_\_\_\_\_

LOCAL DE PROVA: \_\_\_\_\_ SALA: \_\_\_\_\_

**INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:**

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Esta prova contém 39 (trinta e nove) questões valendo 5 (cinco) pontos cada e valor total de 195 (cento e noventa e cinco) pontos.
3. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 3 (três) horas incluindo o preenchimento da folha de respostas e para a prova de redação será de 4 (quatro) horas.
4. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
5. Para cada questão existe somente uma resposta.
6. Prova sem consulta.
7. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. Verifique se a prova é a corresponde ao seu quadro e categoria.
11. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas, devidamente preenchida, assinada e conferida.

## ATENÇÃO

**ANTES DE INICIAR SUA PROVA, VOCÊ DEVERÁ ASSINALAR, NO CAMPO DESTINADO À 1ª (PRIMEIRA) QUESTÃO DA SUA FOLHA DE RESPOSTAS, O TIPO DE PROVA QUE ESTÁ FAZENDO, SOB PENA DE ANULAÇÃO.**

TRANSCREVA ABAIXO AS RESPOSTAS DO CADERNO DE PROVA.

01 (A B C D)    11 (A B C D)    21 (A B C D)    31 (A B C D)

02 (A B C D)

03 (A B C D)

04 (A B C D)

05 (A B C D)

**CAMPO DESTINADO À MARCAÇÃO DO TIPO DE PROVA:**

01 ● (A B C D)    Prova A – marcar letra A

01 (A) ● (C D)    Prova B – marcar letra B

**NÃO** existem prova C e prova D

**NÃO** marcar letras C e D

**A marcação das respostas do caderno de provas inicia-se a partir da questão nº. 02 (dois) até a questão nº. 40 (quarenta).**

**ATENÇÃO**

**1ª QUESTÃO** – ESTA QUESTÃO NÃO SE REFERE À PROVA DE CONHECIMENTOS DO PROCESSO SELETIVO. VOCÊ DEVERÁ MARCAR NA FOLHA DE RESPOSTAS, **OBRIGATORIAMENTE**, A ALTERNATIVA **“B”** QUE CORRESPONDE AO SEU CADERNO DE PROVAS.

**CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS**

**2ª QUESTÃO** – A transgressão disciplinar poderá ser atenuada ou agravada consoante:

- A ( ) a pontuação recebida da autoridade sancionadora e a decorrente de atenuantes, agravantes e de causas de justificação.
- B ( ) a pontuação decorrente de atenuantes, apenas.
- C ( ) a pontuação decorrente de atenuantes e agravantes, apenas.
- D ( ) a pontuação recebida da autoridade sancionadora e a decorrente de atenuantes e agravantes.

**3ª QUESTÃO** – O Sd Perdidão, recém formado no CTSP, não havendo sofrido nenhuma punição durante o curso, estando dispensado de atividades operacionais, por um período de 30 dias, foi designado para auxiliar, neste período, as atividades administrativas da P1 de sua unidade. O Cap P1, que também era o pregoeiro da unidade, requereu auxílio do Sd Perdidão em um determinado pregão presencial e, pelo fato do Sd Perdidão desconhecer a função, deu a este a incumbência de apenas receber os envelopes com as propostas e a documentação das empresas participantes do pregão.

Ao receber os envelopes, o Sd Perdidão, achando que deveria conferir a documentação de imediato, abriu um deles, relativo à documentação de determinada empresa, o que deveria ocorrer somente ao final do pregão e exclusivamente quanto ao da empresa ganhadora.

Aproveitando-se de tal fato uma das empresas, não ganhadora do pregão, interpôs recurso, inviabilizando a pronta aquisição do material.

Analisando o caso em questão, com base apenas nestas informações, e considerando estar afastada a hipótese de agravante por falta cometida durante a execução do serviço,

pode-se afirmar, de acordo com o que prescreve o Código de Ética dos Militares de Minas Gerais, que o Sd Perdidão:

- A ( ) não cometeu transgressão disciplinar.
- B ( ) cometeu transgressão disciplinar e esta será agravada.
- C ( ) cometeu transgressão disciplinar e esta será justificada.
- D ( ) cometeu transgressão disciplinar e esta será atenuada.

**4ª QUESTÃO** – O Cap Minotauro foi designado membro de uma determinada CPAD. O acusado tratava-se de um Sd PM que acabara de ser aprovado e classificado dentro das vagas para o CFO, sendo que o primeiro excedente no concurso era um irmão do Cap Minotauro.

No caso em questão pode-se afirmar que:

- A ( ) poderá ser argüido, a qualquer tempo, o impedimento do Cap Minotauro.
- B ( ) poderá ser argüido, até o término da primeira reunião, a suspeição do Cap Minotauro.
- C ( ) poderá ser argüido, a qualquer tempo, a suspeição do Cap Minotauro.
- D ( ) poderá ser argüido, até o término da primeira reunião, o impedimento do Cap Minotauro.

**5ª QUESTÃO** – A respeito do RIP (Relatório de Investigação Preliminar), marque a alternativa **CORRETA**.

- A ( ) Serve como fase investigativa da sindicância.
- B ( ) A autoridade competente para sua instauração é aquela que exerça comando, direção ou chefia, até o nível de Companhia Independente.
- C ( ) Deve ser utilizado quando do afloramento de transgressão disciplinar residual ao APF ou IPM.
- D ( ) O termo de abertura de vistas ao militar investigado constitui-se de uma das fases do RIP.

**6ª QUESTÃO** – A respeito do RIP, marque “V” para as afirmativas verdadeiras e “F” para as falsas e, a seguir, assinale a alternativa que contenha a seqüência **CORRETA**.

- ( ) O encarregado deve priorizar a busca de provas materiais, especialmente documentos em geral.
- ( ) O comandante de uma Cia Ind pode determinar a instauração de RIP a respeito de fato ocorrido na área de sua unidade, que envolva militar de outra unidade.
- ( ) O RIP poderá ter origem em decorrência de documentos anônimos ou apócrifos.
- ( ) O ato de solução do RIP deverá ser necessariamente publicado.

- A ( ) V – F – F – V
- B ( ) F – V – V – F
- C ( ) V – V – V – F
- D ( ) F – F – F – V

**7ª QUESTÃO** – Uma sindicância que contou com três militares sindicados, e que não foi necessário a sua remessa a outros órgãos após solucionada, será:

- A ( ) arquivada na pasta do militar de maior precedência hierárquica, devendo cópia da portaria, do relatório e da solução serem arquivados na pasta dos demais militares.
- B ( ) arquivada na pasta do militar de maior precedência hierárquica, devendo cópia de todos os autos serem arquivados na pasta dos demais militares.
- C ( ) arquivada na pasta do militar de maior precedência hierárquica, não sendo necessário nenhum arquivo na pasta dos demais militares.
- D ( ) arquivada na secretaria da unidade, devendo cópia da portaria, do relatório e da solução serem arquivados na pasta de todos os militares envolvidos.

**8ª QUESTÃO** – Marque a alternativa **CORRETA**.

- A ( ) Na sindicância em que aflorar a prática de crime militar, o relatório final constituirá, necessariamente, a peça inicial do competente IPM.
- B ( ) A sindicância regular deverá ser instruída com o Extrato de Registros Funcionais (ERF) do sindicato.
- C ( ) Quando, após o início da sindicância, for constatado que seu fato já foi resolvido em outra apuração, o sindicante a encerrará relatando tal situação, sugerindo o arquivamento.
- D ( ) Quando da apuração de reclamações do público externo contra militares destacados é viável que o sindicante, ao chegar na localidade mantenha-se, na medida do possível, incógnito quanto à sua situação de militar e procure, inicialmente, auscultar pessoas da sociedade local, colhendo opiniões sobre a atuação e conduta dos sindicados.

**9ª QUESTÃO** – A respeito do Procedimento Sumário (PS), marque a alternativa **CORRETA**.

- A ( ) Um Sgt PM comandante de destacamento é competente para determinar abertura de PS, no âmbito de sua fração
- B ( ) Um fato de autoria incerta, mas de natureza grave, não poderá ser apurado mediante PS.
- C ( ) Poderá ser iniciado mediante ordem verbal da autoridade militar competente.
- D ( ) Por ser um procedimento simples, sem obediência às formalidades exigidas para uma Sindicância Regular, não há necessidade de se ter expressos nos autos os dados de identificação das pessoas entrevistadas informalmente.

**10ª QUESTÃO** – O Sd Goschum foi denunciado pela prática de determinado crime militar, sendo absolvido por não haver prova da existência do fato. Dois meses após o trânsito em julgado da sentença, apareceram novas e concludentes provas a respeito do fato.

Neste caso pode-se afirmar que:

- A ( ) o inquérito será desarquivado e novas diligências providenciadas.
- B ( ) não será possível a instauração de novo inquérito ou o desarquivamento do inquérito inicial.
- C ( ) será instaurado novo inquérito.
- D ( ) o inquérito poderá ser desarquivado, desde que em virtude de requisição do Ministério Público.

**11ª QUESTÃO** – O planejamento e execução das atividades de polícia ostensiva devem visar maior especificidade e as demandas locais.

A afirmativa acima diz respeito a um dos princípios estratégicos norteadores do modelo de gestão pública por resultados. **Esta afirmativa está:**

- A ( ) totalmente incorreta.
- B ( ) parcialmente correta, vez que o planejamento deve visar maior generalidade.
- C ( ) parcialmente correta, vez que o planejamento deve atacar as demandas de forma regionalizada.
- D ( ) totalmente correta.

**12ª QUESTÃO** – Considere que a seção de inteligência do Batalhão ROTAM levantou que, nos dias de grandes jogos no Mineirão (1), traficantes aproveitam o movimento no local de embarque de torcedores, na rua Tupis (2), para o comércio ilegal de entorpecentes (3).

Para efeito de planejamento de ações/operações a serem desencadeadas, visando a repressão do delito, os três termos sublinhados constituem, respectivamente, fatores:

- A ( ) determinante, componente, condicionante.
- B ( ) componente, condicionante, determinante.
- C ( ) condicionante, condicionante, determinante.
- D ( ) determinante, determinante, condicionante.

**13ª QUESTÃO** – O planejamento estratégico é definido pelo nível:

- A ( ) Institucional
- B ( ) Regional (RPM)
- C ( ) de Execução Operacional (Batalhões e Cias Ind).
- D ( ) Especializado (CPE).

**14ª QUESTÃO** – Considere uma determinada cidade do interior de Minas em que ocorrerá, no estádio de futebol local, um show com a cantora Ivete Sangalo, contratado através da iniciativa privada. Haverá o lançamento de policiamento ostensivo no local, com o devido recolhimento da Taxa de Segurança Pública. Sabendo que os empresários responsáveis pelo show também contrataram os serviços de segurança privada, o comandante local estabeleceu que as ações dos agentes de segurança privada deveriam obedecer as seguintes condições:

- I – estarem todos os agentes desarmados;
- II – estarem todos os agentes credenciados;
- III – que os agentes poderão atuar na área externa do estádio, mas com ações voltadas exclusivamente ao controle de filas para entrada e de orientações ao público em geral.
- IV – que os agentes deverão se submeter às orientações do comandante do policiamento.

No caso em questão, foi **CORRETO** o estabelecimento das seguintes condições:

- A (  ) I, II, III e IV.
- B (  ) I e II, apenas.
- C (  ) II e III, apenas.
- D (  ) I, II e IV, apenas.

**15ª QUESTÃO** – Considere as seguintes situações hipotéticas:

I – O comandante do pelotão de uma determinada cidade, localizada na divisa com o Estado do Espírito Santo, tomando conhecimento de que havia uma ocorrência de assalto a uma fazenda, com tomada de reféns, na zona rural do Estado vizinho, distante cerca de 03Km de sua localidade e 02 Km da divisa dos dois Estados, e que o efetivo policial do Espírito Santo mais próximo se encontrava a cerca de 40 Km, deslocou-se com seu pessoal para o local onde, após breve cerco, logrou que os assaltantes libertassem os reféns e se entregassem, repassando a ocorrência à força policial local, tão logo esta chegou no ambiente dos fatos.

II – Uma semana após, na mesma localidade, após a expedição de mandado de prisão contra três conhecidos traficantes que atuavam na região, um destes, no momento em que era procedida a prisão, encontrava-se homiziado em uma residência no Espírito Santo, logo após a divisa. A equipe responsável pelo cumprimento do mandado, recebendo informação de onde o traficante se encontrava, adentrou no Estado vizinho e procedeu a prisão, comunicando, após, o fato à autoridade policial capixaba mais próxima.

À luz das normas que regem a atuação em áreas limítrofes, pode-se afirmar que as ações desenvolvidas foram:

- A (  ) apenas a primeira correta.
- B (  ) ambas corretas.
- C (  ) ambas incorretas.
- D (  ) apenas a segunda correta.

**16ª QUESTÃO** – Durante supervisão técnica da DTS em uma determinada unidade, verificou-se que o computador da unidade, que servia ao oficial P1, operava com software não licenciado.

De acordo com a Res. 3854, de 26/05/2006, a responsabilidade criminal, administrativa e civil, neste caso, recairá sobre:

- A ( ) Apenas sobre o oficial P1.
- B ( ) Apenas sobre o oficial P1, o administrador de tecnologia da informação da unidade e aquele que tenha instalado o programa.
- C ( ) Apenas sobre o oficial P1 e aquele que tenha instalado o programa.
- D ( ) O comandante da unidade, o oficial P1, o administrador de tecnologia da informação da unidade e aquele que tenha instalado o programa.

**17ª QUESTÃO** – Para que uma compra possa ser concretizada pela administração pública, nos termos previstos na Lei n. 8.666/93, é correto afirmar que deverá:

- A ( ) Balizar-se pelos preços praticados no âmbito das entidades do setor privado.
- B ( ) Obrigatoriamente, ser processada através de sistema de registro de preços.
- C ( ) Sempre que possível, atender ao princípio da padronização.
- D ( ) Ser processada em parcela única, visando economicidade.

**18ª QUESTÃO** – Na ocorrência do pregão presencial, nos termos do Decreto Estadual n. 44.786/08, deve-se observar:

- A ( ) É permitido aos licitantes alterar o preço das propostas exclusivamente por meio de lances verbais, que poderão ser decrescentes ou crescentes.
- B ( ) Não há possibilidade de aceitação de proposta única.
- C ( ) Uma vez declarado o vencedor, os demais licitantes terão o prazo de cinco dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo irrelevante a manifestação da intenção de recorrer, no momento da sessão.
- D ( ) As propostas serão abertas na sessão e somente serão classificadas se estiverem em conformidade com o edital.

**19ª QUESTÃO** – Durante a realização do pregão eletrônico, nos termos do Decreto Estadual n. 44.786/08, deve-se observar:

- A ( ) no caso de empate entre dois ou mais lances, será feito sorteio para definir qual deles prevalecerá, se outro procedimento não for estabelecido no edital.
- B ( ) todos os atos da fase externa do pregão eletrônico deverão ser realizados eletronicamente.
- C ( ) deve-se informar aos demais licitantes, durante a sessão pública e em tempo real, a identificação do licitante que propôs o lance de menor valor.
- D ( ) se a proposta de menor valor não for aceitável, deve o pregoeiro encerrar os trabalhos e propor a realização de novo certame licitatório.

**20ª QUESTÃO** – Um Tenente do 90º BPM, recém-formado no CHO, foi designado o encarregado de um PAE para examinar a situação de um aluno do CTSP, que era realizado na Unidade. Durante o processo, o oficial adotou as seguintes condutas:

I – no ato da notificação, forneceu ao processando cópia da portaria e disponibilizou-lhe os respectivos anexos.

II – notificou o processando, com vinte e quatro horas de antecedência, a respeito da audição de uma testemunha.

III – Concedeu ao processando o prazo de cinco dias úteis para apresentação da defesa prévia e do rol de testemunhas.

IV – Indeferiu, de forma motivada, os requerimentos para realização de novas diligências apresentados pela defesa, pois foram considerados meramente protelatórios.

Nos termos da Resolução n. 3.880/06, estão **corretas** as condutas:

A ( ) Todas estão corretas.

B ( ) I e III, apenas.

C ( ) I, II e IV, apenas.

D ( ) III e IV, apenas.

**21ª QUESTÃO** – Após a instrução de um PAE, foi dado ao processando o prazo regulamentar para a apresentação das razões finais e escritas de defesa. A defesa, ao apresentar as alegações finais, discorreu sobre a necessidade da realização de novas diligências, sendo tal pedido julgado procedente pelo encarregado. Diante desta situação, o encarregado deverá:

A ( ) Elaborar o relatório final e encaminhar os autos à autoridade convocante, sugerindo a realização das diligências suscitadas.

B ( ) Cumprir as diligências e elaborar o relatório final do processo.

C ( ) Cumprir as diligências e renovar o prazo para apresentação das razões finais e escritas de defesa.

D ( ) Solicitar à autoridade convocante a autorização para a realização das diligências suscitadas.

**22ª QUESTÃO** – No tocante ao Treinamento de Polícia Militar - TPM, conforme previsto na Resolução n. 4.023/09 – DEPM, é **correto** afirmar:

A ( ) O militar que não atingir, no mínimo, o conceito “C” na Prova Prática com Arma de Fogo deverá, no mesmo dia, ser reavaliado no mesmo módulo e utilizar o mesmo tipo de arma para efeito do TPB.

B ( ) Cabe ao Chefe do EMPM definir as Unidades e Frações da RMBH que enviarão seu efetivo para participar do TPB no CTP.

C ( ) Somente o militar apto no controle fisiológico será convocado para a realização do Treinamento Policial Básico.

D ( ) O TPB das praças lotados em frações destacadas será realizado na modalidade semi-presencial.

**23ª QUESTÃO** – Em face da ocorrência do chamado “seqüestro relâmpago”, foi expedido pela Instituição, no ano de 2009, o Memorando n. 30.668, que trata da tipificação do seqüestro relâmpago no Código Penal Brasileiro, dada pela Lei n. 11.923/09. Pode-se afirmar que um dos objetivos deste Memorando é o de:

- A ( ) Ressaltar que a alteração feita no Código Penal é controversa e implicará em mudanças significativas nas rotinas operacionais.
- B ( ) Suscitar a discussão se a nova sanção definida é mais benéfica ou não ao infrator, em relação ao que se aplicava anteriormente.
- C ( ) Destacar que a nova Lei não acarretará mudanças de rotinas operacionais, pois a Polícia Militar já possui condutas consolidadas para o enfrentamento do seqüestro relâmpago.
- D ( ) Descrever pormenorizadamente o “modus operandi” dos infratores deste tipo penal.

**24ª QUESTÃO** – No tocante às regras previstas na Parte Geral do Código Penal Militar, é correto afirmar:

- A ( ) O militar da reserva, empregado na administração militar, equipara-se ao militar em situação de atividade, para o efeito da aplicação da lei penal militar.
- B ( ) Considera-se praticado o crime no momento em que ocorre o resultado da ação ou da omissão praticada.
- C ( ) Quando por ineficácia absoluta do meio empregado é impossível consumar-se o crime, a pena aplicável é diminuída de um terço até a metade.
- D ( ) Diz-se o crime consumado, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

**25ª QUESTÃO** – O militar que apropria-se de um bem móvel público, de que tem a posse em razão do cargo, comete o crime de:

- A ( ) Desvio.
- B ( ) Apropriação indébita.
- C ( ) Estelionato.
- D ( ) Peculato.

**26ª QUESTÃO** – Agregação é a situação temporária, durante a qual fica o militar afastado da atividade. Nos termos da Lei n. 5.301, de 16/10/69, trata-se de um caso de agregação:

- A ( ) Licença para tratamento de saúde que exceda de noventa dias no decurso de doze meses.
- B ( ) Exercício de cargo público civil temporário, por até cinco anos, contínuos ou não.
- C ( ) Diplomação em cargo público eletivo, desde que tenha dez ou mais anos de serviço.
- D ( ) Licença para tratamento de interesse particular, superior a um ano.

**27ª QUESTÃO** - Ao chegar em um local para atender uma ocorrência, é necessário avaliar a área de risco, precedendo-se identificação dos pontos de foco e pontos quentes. A respeito do tema, conforme previsto no Manual de Prática Policial, é **correto** afirmar:

- A ( ) Se uma ameaça real surge de um ponto de foco, a habilidade e o preparo mental do policial para entender e aplicar corretamente as reações necessárias será o suporte de sua defesa.
- B ( ) Havendo vários pontos de foco em uma área de risco, é aconselhável aos policiais presentes na ocorrência concentrarem-se no ponto de foco de maior perigo para que haja um controle efetivo da situação.
- C ( ) Para que haja melhor controle da situação, o policial deve concentrar sua atenção nos olhos do suspeito, pois estes são pontos de foco.
- D ( ) Quando identificar um Ponto Quente, o policial deve definitivamente atingir o seu Estado de Alerta (Laranja) e preparar para neutralizá-lo.

**28ª QUESTÃO** – Durante patrulhamento de rotina, a guarnição do CPU do 100º BPM, composta por quatro militares, deparou com um veículo suspeito e ao buscar informações junto ao CICOp, recebeu a notícia de que se tratava de veículo tomado de assalto. A guarnição constatou que no interior do veículo estavam duas pessoas. Nestas circunstâncias, a respeito da abordagem a este veículo, conforme previsto no Manual de Prática Policial, é correto afirmar:

- A ( ) Para que haja um controle efetivo e imediato do risco, recomenda-se neste caso que os policiais 1 e 2 façam a verbalização com o motorista e passageiro, respectivamente, ao mesmo tempo.
- B ( ) Tendo em vista tratar-se de uma abordagem de alto risco, o Ten CPU corretamente avaliou que a primeira providência é acionar reforço e aguardar a sua chegada.
- C ( ) Embora seja uma abordagem de alto risco, deve-se empregar o procedimento de contato-e-cobertura, em que um policial apenas faz o contato e os demais dão cobertura.
- D ( ) A abordagem, no presente caso, será tratada como de risco desconhecido.

## LÍNGUA PORTUGUESA

### Consumidores, uni-vos!

Ivana Bentes

1. Custou, mas apareceu, o “manifesto” dos Publicitários, se dizendo ameaçados pela tentativa de regulamentação da publicidade por parte dos órgãos de defesa do consumidor e da saúde pública.
2. A retórica e estratégia são conhecidas: qualquer tentativa do Estado de regular a mídia, seja a faixa etária indicativa de programas na TV, seja a veiculação de publicidade de cigarros, bebida alcoólica, gordura *trans* ou uma cota de filmes brasileiros na TV, qualquer movimento social que ameace os lucros exorbitantes da publicidade e a liberdade de imprensa, são considerados “censura” e “ataque à liberdade de expressão”.
3. Em nova embalagem, a velha retórica. De forma grosseira, as emissoras de TV já tinham veiculado anúncio dizendo que o governo queria "tirar o direito do telespectador de escolher seus programas", diante da proposta em votação no Congresso de uma cota para conteúdo brasileiro nas TVs a cabo. Como se os pacotes com enlatados e programas comprados pelas emissoras tivessem algum grau de "escolha" e participação do espectador, obrigado ainda a levar no pacotão que compra uma porcentagem de lixo cultural adicional. (...)
4. O manifesto tenta nos convencer do contrário. Não, não é a audiência e o espectador, o público, e a sociedade, nós, que sustentamos o mercado e a mídia e sim "a publicidade" em si. São eles, os mediadores, os publicitários, diz o manifesto, os verdadeiros protagonistas dessa história.
5. Transformados em arautos da democracia e da "livre expressão", os publicitários defendem no seu manifesto que "é a publicidade que viabiliza do ponto de vista financeiro a liberdade de imprensa e a difusão de cultura e entretenimento para toda a população. É a publicidade que torna possível a existência de milhares de jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, assim como de outras expressões da mídia." (!!!) Ou seja, para os publicitários estamos num cenário em que os mediadores são os protagonistas todopoderosos da sociedade! Para eles, é a publicidade o esteio da democracia e não o contrário, a radicalização da democracia que vai democratizar inclusive a publicidade corporativa! Que vende quase qualquer coisa, que cria necessidades, fidelidades, hábitos e valores, estilos mais ou menos predadores. É essa publicidade que quer se “autorregulamentar”? (...)
6. O manifesto dos publicitários não discute o que poderia ser uma publicidade democrática ou com objetivos "públicos", e não simplesmente predadora ou visando o lucro imediato. Também sequer cogitam a emergência de uma série de movimentos e ativistas que batalham no campo do consumo. Exigindo rótulos explicativos e indicativos

dos venenos que ingerimos e que a publicidade vende sob um lindo *design* e letras miúdas. (...)

7. Movimentos que mostram que o preço embutido da publicidade encarece os produtos de forma exorbitante! O que também não é dito no manifesto, ou seja, que somos nós que pagamos a própria publicidade que consumimos.

8. Incutindo o medo. Com décadas de atraso em relação a outros países, e apesar do *lobby* poderoso, a propaganda de cigarros foi proibida na mídia brasileira. O que não levou à falência nem as emissoras de TV e jornais, nem as fábricas de cigarros (que passaram a apoiar Festivais de música e produtos culturais). O fim da propaganda de cigarro também não levou a uma diminuição da "liberdade de expressão" de ninguém, quem quer fuma, mas diminuíram-se sim os riscos de câncer de pulmão em nível planetário. Agora a batalha é proibir a publicidade de bebidas alcoólicas, sendo o alcoolismo uma epidemia no Brasil de ricos e pobres. Ninguém deixará de tomar sua cerveja, cachaça, vinho, whisky, o que for, mas sem dúvida o consumo será balizado por outras forças que não simplesmente o bombardeamento diário da publicidade ostensiva e reiterativa.

9. Ao neutralizarem a força do consumidor e se colocarem na "origem" da liberdade de expressão e como fonte primordial de sustentação da mídia democrática, os publicitários fazem uma peça de *marketing* ruim e corporativa, distorcida. Esquecem, que o telespectador e a audiência, o público, o "prossumidor" (o consumidor que se tornou produtor e publicista) está mobilizado e é a nova força de transformação no capitalismo midiático e imaterial.

10. A Mídia somos nós, a liberdade de expressão não tem nada a ver com propaganda de cerveja ou de gordura *trans*! Mesmo parados diante da TV, estamos trabalhando para a audiência. O poder de consumo, de produção, criação e difusão está em toda a sociedade. É a sociedade que deve ser emponderada! Ao invés da defesa incondicional da "perenidade" do mercado publicitário, principalmente num capitalismo da abundância e da emergência da economia da gratuidade.

11. O estágio atual é de politização do consumo! Não precisamos de manifesto de publicitários defendendo sua corporação e propondo "adequar" os Cursos de Comunicação as suas exigências, adestrando os jovens a um complexo industrial/publicitário em crise. Precisamos de uma nova publicidade, de democratização, colaborativa e feita pelo próprio consumidor. (...)

12. Como dar credibilidade a um manifesto que apaga o consumidor como fonte de poder e valor e colocar no seu lugar os publicitários, ou que demoniza o Estado que quer regular e restringir certas propagandas? (...)

13. Seria o equivalente a dizer que para não "desaquecer" o mercado de drogas não se pode intervir no sistema de venda, de tráfico de armas e de corrupção existente. Pois

esse é um mercado aquecidíssimo e que movimenta zilhões, sem publicidade! (...)

14. Os publicitários querem criar uma confusão entre as liberdades individuais, o "risco escolhido" (consumir, viver e morrer, ter prazer fumando cigarro, ingerindo gordura *trans*, bebendo ou usando drogas leves e pesadas, por vontade própria), a "liberdade de expressão" (que tem a ver com a possibilidade da pluralidade e da autonomia) e capturam a defesa legítima dessas liberdades com a sua defesa de "liberdade comercial", mesmo que essa liberdade das empresas afronte a saúde pública e a construção do comum. (...)

15. Estranhamente os publicitários não falam em democratizar as verbas públicas destinadas as suas empresas e que são repartidas entre uns poucos veículos de comunicação. Essa repartição pouco democrática do bolo nem sequer é mencionada. Ou seja, o Estado só incomoda quando quer regular para todos, não quando privilegia poucos.

16. O manifesto dos publicitários que ganhou ampla repercussão na própria TV, em horário nobre, teve dois garotos propaganda de peso: um Civita e um Marinho. Donos de corporações de mídia e TV, com seus ternos cinza, voz monocórdia e rosto descansado, adentraram a nossa casa, pela concessão pública que lhes demos, para fazer a sua própria publicidade e anunciar essa estranha contrafação.

Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/app/coluna.jsp?a=2&a2=5&i=1511>> (adaptado)

### INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

**29ª QUESTÃO** – De acordo com o 8º parágrafo do texto, é CORRETO afirmar:

- A. ( ) As fábricas de cigarro faliram em decorrência da proibição da publicidade de seu produto.
- B. ( ) Com o fim das propagandas de cigarro houve uma minoração dos riscos de câncer de pulmão.
- C. ( ) Os riscos de doenças causadas pelo tabagismo foram totalmente aniquilados.
- D. ( ) As propagandas de cigarro dirimiram a liberdade de expressão.

**30ª QUESTÃO** – Conforme o texto, assinale a opção CORRETA:

- A. ( ) O bombardeamento da publicidade oculta e amiúde delimitará o consumo de bebidas alcoólicas.
- B. ( ) Mesmo parado diante da TV, o telespectador é contraveniente em relação à audiência.
- C. ( ) A credibilidade do manifesto dos publicitários é contestada, pois suprime o valor do consumidor.
- D. ( ) O manifesto dos publicitários repercutiu na TV e contou com colaboradores néscios do cenário brasileiro.

**31ª QUESTÃO** – Sobre o “manifesto dos publicitários”, é CORRETO afirmar:

- A. ( ) A publicidade permite a propagação de cultura e os mediadores são personagens principais da sociedade.
- B. ( ) Este manifesto inviabiliza totalmente a continuidade e a progressão de formas de expressão da mídia.
- C. ( ) Para os publicitários não existe publicidade sem liberdade de expressão, mas liberdade individual.
- D. ( ) O manifesto visa desestruturar a indústria da comunicação dando credibilidade ao Estado e suas empresas parceiras.

**32ª QUESTÃO** – O objetivo principal da autora é:

- A. ( ) Mostrar que o preço embutido da publicidade encarece os produtos de forma exorbitante.
- B. ( ) Neutralizar a força do consumidor e reforçar a perenidade do mercado publicitário.
- C. ( ) Criticar o manifesto dos publicitários e alertar o consumidor para uma publicidade mais democrática.
- D. ( ) Confundir os termos “liberdade individual” e “liberdade de expressão”.

### GRAMÁTICA

**33ª QUESTÃO** – Marque a opção em que o pronome destacado seja reflexivo e objeto indireto de verbo reflexivo recíproco:

- A. ( ) Os dois amam-se como verdadeiros amigos.
- B. ( ) Os cônjuges deram-se provas de profunda gratidão.
- C. ( ) O aluno deixou-se levar pelo resultado.
- D. ( ) Caso esteja com dor, trate-se.

**34ª QUESTÃO** – Sobre o processo de formação de palavras, assinale a opção CORRETA:

- A. ( ) As palavras “viandante” e “cantochoão” são formadas, respectivamente, pelo processo de composição por justaposição e composição por aglutinação.
- B. ( ) As expressões “vender caro” e “ente querido” são formadas por derivação regressiva.
- C. ( ) As palavras “chalrar” e “espocar” constituem, pelo processo de formação de palavras, onomatopeias.
- D. ( ) As palavras “enegrecer” e “felizmente” são formadas pelo processo de derivação por sufixação.

**35ª QUESTÃO** – Observe a oração abaixo:

“Vale a pena fazer tantas perguntas?”

Assinale a alternativa que tenha a mesma classificação da oração sublinhada:

- A. ( ) O bandido não aceitou reduzir sua pena.
- B. ( ) O cansaço é a última coisa a ser vencida pelo sono.
- C. ( ) Inútil prestar socorro à vítima.
- D. ( ) Não deve haver doces por lá.

**36ª QUESTÃO** – Com relação ao uso da crase, assinale a alternativa cuja série completa as lacunas, CORRETAMENTE:

- 1. ( ) *Estilo \_\_\_\_\_ Paulo Coelho.*
- 2. ( ) *Oramos \_\_\_\_\_ Nossa Senhora.*
- 3. ( ) *Esta blusa é semelhante \_\_\_\_\_ que meu colega comprou.*
- 4. ( ) *O advogado voltou \_\_\_\_\_ casa materna.*
- 5. ( ) *Fomos \_\_\_\_\_ pé para a confraternização.*

- A. ( ) a – à – a – a – à
- B. ( ) à – a – a – à – à
- C. ( ) a – à – à – a – a
- D. ( ) à – a – à – à – a

**37ª QUESTÃO** – “É muito preocupante que os publicitários transformem a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e o Congresso em inimigos número um dos publicitários!”

Sobre o trecho acima é CORRETO afirmar:

- A. ( ) “Os publicitários” é o sujeito da segunda oração.
- B. ( ) “que” é parte integrante do verbo “transformar”.
- C. ( ) “muito” é adjunto adnominal.
- D. ( ) “a Anvisa e o Congresso” têm função de objeto direto pleonástico.

**38ª QUESTÃO** - “Dever-se-ia ir tão longe na audácia que um passo além seria insensatez”.

No termo em destaque, SÓ é permitido o uso de mesóclise porque:

- A. ( ) A presença do termo “tão longe” exige seu uso.
- B. ( ) O verbo se encontra no futuro do presente e em início de oração.
- C. ( ) O verbo está no futuro do pretérito.
- D. ( ) O verbo “ir” atrai o pronome oblíquo átono.

**39ª QUESTÃO** – Marque a opção cuja palavra seja formada por hibridismo:

- A. ( ) abreugrafia
- B. ( ) emudecer
- C. ( ) rodovia
- D. ( ) intermunicipal

**40ª QUESTÃO** – Indique a alternativa CORRETA quanto à análise dos verbos destacados:

- A. ( ) “Os juízes se arrependeram da decisão que tomaram”. O verbo é considerado verbo irregular e não é pronominal.
- B. ( ) “Abolimos carne vermelha do nosso cardápio”. O verbo é denominado defectivo.
- C. ( ) “Se tu vísseis os prejuízos, ajudarias”. O verbo se encontra flexionado de acordo com as regras gramaticais.
- D. ( ) “Porei o colar de pérolas que havia me pedido”. O verbo é incluído entre os verbos regulares da 2ª conjugação.

## INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO

1. Leia o fragmento abaixo para desenvolver a proposta de redação.

“(…) A *liberdade geral*, portanto, está indissociavelmente ligada ao *princípio da legalidade*, sendo esta garantia daquela. Na Constituição Federal brasileira de 1988, percebe-se esta ligação no artigo 5º, inciso II, que menciona que: ‘ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei’. A liberdade somente poderia ser limitada pela lei. Esta forma de considerar-se a legalidade frente à liberdade é baseada em um conteúdo negativo, sendo a liberdade o conceito geral e a restrição da lei a exceção. Não há uma relação no sentido de se poder fazer tudo o que a lei permite, mas de se poder fazer tudo, exceto o que a lei expressamente proíbe.

A legalidade apresenta-se, então, como plano negativo da esfera da liberdade. É o limite, estabelecido pelo Estado, enquanto representante da soberania popular.

A legalidade funda-se em um forte conceito ético, que é a legitimidade. O poder que impõe a legalidade deve ser um poder legítimo. Modernamente não se aceita mais a legalidade como conceito meramente formal. Para que a limitação à esfera individual seja válida, deve ser o poder que a impõe legítimo. Exige-se legalidade do exercício e forma de aquisição do poder para que haja legitimidade do poder em si. O problema, aí, deixa de ser meramente jurídico para assumir conotação eminentemente ética.” (…)

Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=19>>

2. Com base nas informações do fragmento apresentado, redija um texto **dissertativo-argumentativo** sobre o tema: **“A LEGALIDADE E A LEGITIMIDADE NO EXERCÍCIO DO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA”**

3. Em sua dissertação procure ter claro, antes de começar a escrever, o que você pensa sobre o assunto.

4. Escreva seu texto numa linguagem impessoal, defendendo sua ideia por meio de uma análise com argumentos sólidos e consistentes, não apenas “achando” alguma coisa sobre o assunto.

5. Um bom texto é aquele que requer leitura sem esforço, e não aquele de difícil compreensão – embora, com frequência, seja necessário um grande esforço da parte de quem escreve para conseguir tal efeito.

6. Respeite as regras gramaticais e ordene os pensamentos em uma sequência metódica e lógica, transformando-os em palavras claras e expressivas, evitando que o leitor tenha que se esforçar para decifrá-las.

7. **DÊ UM TÍTULO À SUA DISSERTAÇÃO**, escrevendo-o no local apropriado do impresso para a produção da redação.

8. Desenvolva a sua dissertação no máximo em 30 (trinta) linhas e no mínimo em 120 (cento e vinte) palavras.

9. O valor da redação é de 100 (cem) pontos.

10. Use caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

11. Você pode escrever com letra cursiva ou de fôrma. Qualquer que seja sua opção, **faça letras maiúsculas e minúsculas.**



----- corte aqui-----

**RASCUNHO – GABARITO**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
<b>B</b>																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40